

EDITORIAL

O presente fascículo reúne as versões revistas de nove trabalhos apresentados no XII Encontro Nacional da ANPUR, realizado em Belém, em maio de 2007. Os textos foram selecionados em duas etapas: na primeira, os membros da comissão científica do Encontro, que foram responsáveis pela coordenação de suas sessões temáticas, indicaram os dois melhores trabalhos de cada respectiva sessão; na segunda, os integrantes da comissão editorial da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais selecionaram o que julgaram ser os nove melhores trabalhos entre os quatorze indicados pela comissão científica do Encontro. Os textos aqui agrupados já incorporam, pois, elementos do debate a que foram submetidos no âmbito das reuniões das sessões temáticas. Procuramos, assim, trazer aos leitores a expressão do conjunto das discussões desenvolvidas nessas sessões, que foram organizadas segundo os seguintes temas: “Gestão urbana e regional: modelos, práticas e implicações”; “Rede urbana e estrutura territorial”; “Forma e dinâmica intra-urbana”; “História, cidade e urbanismo”; “Território, conflitos e gestão ambiental”; “Cidade, cultura e sociabilidade”; “Amazônia no cenário sul-americano”.

No primeiro artigo, Carlos B. Vainer discute as conseqüências do processo de fragmentação territorial, a partir das condições de exercício do planejamento urbano e regional no Brasil. Após analisar criticamente as bases conceituais dos grandes projetos de investimento – que denomina *neo-localismo competitivo* – apontados como importantes vetores da referida fragmentação, o autor identifica as contra-tendências que poderiam conduzir a projetos nacionais, em que o planejamento territorial desempenharia papel central.

Denise Elias e Renato Pequeno analisam os impactos urbanos do agronegócio, assinalando o caráter socialmente excludente da reestruturação que ele induz nas cidades, notadamente no que diz respeito ao acesso à moradia. O trabalho aplica-se aos casos de quatro cidades do Nordeste, duas caracterizadas pela presença da fruticultura e duas pela produção de grãos. Eugenio Fernandes Queiroga e Denio Munia Benfatti discutem, por sua vez, a formação de uma nova entidade urbana no país – a megalópole do Sudeste. Os autores debruçam-se sobre o caso de Campinas, pólo intermediário de uma rede urbana complexa, considerando-o exemplar para o estudo da urbanização dispersa e para a compreensão de dialéticas espaciais contemporâneas.

Explorando as formas espaciais e dispositivos arquitetônicos que equacionam a presença de bolsões de pobreza nas cidades, Maria Julieta Nunes de Souza aponta, a partir do caso da favela da Maré na cidade do Rio de Janeiro, os mecanismos de afastamento, invisibilização e confinamento de tais áreas com relação aos bairros vizinhos. Com a perspectiva histórica adotada em seu trabalho, Flávia Brito do Nascimento traça a trajetória profissional da urbanista Carmen Portinho, Diretora do Departamento de Habitação Popular (DHP) da Prefeitura do antigo Distrito Federal entre 1946 e 1960, bem como da sua luta pela implementação de um programa de habitação popular na cidade do Rio de Janeiro. A autora sugere que o perfil profissional de Carmen Portinho é emblemático das aproximações entre a disciplina da Engenharia e o campo do Urbanismo na estruturação de propostas para a superação da crise habitacional no Rio de Janeiro.

Rodrigo Valente Serra discute o regime de repartição das rendas petrolíferas entre Estados e Municípios litorâneos das regiões petrolíferas nacionais, assinalando que, diferentemente de certos regimes internacionais, ele fornece aos beneficiários de tais rendas, principalmente aos Municípios, uma grande capacidade de investimento. Tomando por fonte básica de informação os debates realizados na Câmara e no Senado Federal, o autor discute a hipótese de que, durante o processo de aprovação do regime de cobrança, rateio e aplicação dos *royalties* do petróleo, deu-se uma captura de vultosos recursos por parte de interesses locais. O artigo de Rose Compans, por sua vez, trata da apropriação do discurso da preservação ambiental por forças sociais interessadas na retomada da estratégia de remoção de favelas no Rio de Janeiro. Para a autora, observa-se em meados da primeira década do século XXI, a constituição de um movimento conservador que busca pressionar os poderes públicos a reprimir tais ocupações, sobretudo nas áreas mais valorizadas da cidade, recorrendo ao saber técnico-científico sobre os danos ao meio ambiente, ao lado de campanhas jornalísticas que reclamam da Prefeitura a remoção de áreas favelizadas.

Frederico de Holanda argumenta que a Arquitetura, mais comumente considerada como ofício, arte ou técnica, deveria ser considerada também uma ciência que aborda os lugares a partir de uma perspectiva própria. O artigo sugere que houve, nas últimas décadas, uma mudança paradigmática que resgatou o pensamento teórico-reflexivo no campo da Arquitetura, fortalecendo a interdisciplinaridade no trato das questões relativas aos lugares produzidos ou usufruídos pelas pessoas. O trabalho de Nírvia Ravena e Voyner R. Cañete, por sua vez, aborda os marcos regulatórios do acesso e uso da água no Brasil, assim como sua influência na busca de uma gestão integrada dos recursos hídricos na Pan-Amazônia. As autoras enfatizam as dificuldades relativas à coordenação de políticas domésticas setoriais voltadas à gestão de recursos naturais na região, assim como a importância, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de um sistema de freios e contrapesos que seja capaz de evitar as investidas daqueles que buscam capturar para si os benefícios das políticas setoriais. O presente fascículo traz, por fim, três resenhas: do livro *Financiers, philanthropes: vocations éthiques et reproduction du capital à Wall Street depuis 1970*, de Nicolas Guilhot, publicado em 2004, analisando a recente difusão do discurso da responsabilidade social de empresas no tratamento da questão social e urbana; da coletânea *Cidade: impasses e perspectiva*, organizada, em 2007, por Maria Lúcia Caira Githay e José Tavares de Lira Correia e *A era da indeterminação*, publicação organizada, também em 2007, por Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek.

HENRI ACSELRAD
Editor responsável